



## PERFIL DOS VISITANTES NA CACHOEIRA DO PARAÍSO, ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS, PERUÍBE, SP

---

Denis Moledo de Souza Abessa<sup>1</sup> & Christiano Magini<sup>2</sup>

1. Professor Doutor na Universidade Estadual Paulista, Campus Experimental do Litoral Paulista. Praça Infante Dom Henrique, s/n. 11330-900. São Vicente, SP, Brasil. [dmabessa@clp.unesp.br](mailto:dmabessa@clp.unesp.br)

2. Professor Doutor na Universidade Federal do Ceará, Departamento de Geociências. Campus do PICI, 60455-760, Fortaleza, CE, Brasil. [magini2005@hotmail.com](mailto:magini2005@hotmail.com).

Recebido em: 04/05/2012 – Aprovado em: 15/06/2012 – Publicado em: 30/06/2012

---

### RESUMO

A Estação Ecológica Juréia-Itatins, embora não preveja as atividades de recreação, vem recebendo visitantes há pelo menos 25 anos, de forma precária e descontrolada. No presente trabalho, foi feita uma análise do perfil dos visitantes que freqüentam a Cachoeira do Paraíso, a partir de questionários estruturados aplicados aos turistas, entre maio e julho de 2004. Foram entrevistados 70 turistas. Os resultados dos questionários mostraram que, na sua maioria, os visitantes da Cachoeira do Paraíso vêm da Região Metropolitana de São Paulo e das cidades situadas próximo ao mosaico, e apenas uma minoria vem de outros estados. Sua idade média está acima de 25 anos e grande parte visita o local com suas famílias. São pessoas instruídas, possuindo nível superior ou cursando uma faculdade. Porém, grande parte dos entrevistados não possui noções apropriadas sobre Unidades de Conservação e seu papel.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estação Ecológica Juréia-Itatins, ecoturismo, Unidade de Conservação.

### VISITORS CHARACTERISTICS AT PARAÍSO WATERFALL, JUREIA-ITATINS ECOLOGICAL STATION, PERUÍBE, SP

#### ABSTRACT

The Jureia-Itatins Ecological Station has been used for tourism for at least 25 years, without any kind of planning or control, and in opposition to the objectives of this protected area. In this paper, the visitors profile was evaluated, by using structured questionnaires. The interviews were conducted between May and July 2004. Seventy visitors were interviewed, and the results showed that, in the majority, tourists came from the São Paulo Metropolitan Region and from the cities located close to the park; a minority had origin in other states. The mean age is above 25 years and most of the tourists visit the park with their families. The majority of the visitors concluded the university or are undergraduate students. However, most of them do not have proper notions about the role and the importance of the protected areas, which shows the

need of implementation of environmental education programs in schools and in the media.

**KEYWORDS:** Jureia-Itatins Ecological Station, ecological tourism, Protected Areas.

## INTRODUÇÃO

A Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI) foi criada em 21 de janeiro de 1986, através do Decreto Estadual nº 24.646 (SÃO PAULO, 1986). Essa unidade de conservação (UC) é uma das últimas regiões do Brasil onde ainda existem ambientes pouco impactados de floresta atlântica primária, e possui também a função de compor um importante corredor ecológico entre outras regiões preservadas, como por exemplo, o maciço da Serra do Mar e as florestas do Vale do Ribeira (OLMOS; GALETTI, 2004)

No fim de 2006, a EEJI foi desmembrada em um mosaico de UC, por meio da aprovação da Lei Estadual 12406 (São Paulo, 2006). Posteriormente o Mosaico de UC foi anulado por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), porém durante sua vigência, houve a busca de adequar uma série de atividades que vinham sendo feitas dentro da antiga EEJI. Nesse contexto, destacava-se a criação do Parque Estadual do Itinguçu, em área que constituía o antigo Núcleo Itinguçu da EEJI, e que vinha recebendo visitantes há pelo menos 25 anos.

Pelo alto grau de preservação de seus ecossistemas e atributos naturais, e por estar situado na Baixada Santista, próximo a cidades como Peruíbe, Itanhaém, Monguagá, Praia Grande, São Vicente, Santos e São Paulo, esse parque possuía importância não só ecológica, mas também econômica, podendo servir para fortalecer o ecoturismo sustentável na região. Vale salientar que as atividades de ecoturismo estavam inseridas no planejamento estadual como ferramenta de sustentabilidade para áreas de proteção, sendo foco de diversos estudos (PÁDUA, TABANEZ, 1997; PELLEGRINI, 1993; SÃO PAULO, 1997).

O principal atrativo turístico do PE do Itinguçu era (e ainda é) a Cachoeira do Paraíso. Nesse local, o ecoturismo se desenvolveu historicamente de forma irregular e descontrolada, já que as atividades de lazer e recreação não são previstas em Estações Ecológicas, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000).

Sendo assim, além da precariedade como o uso público foi implementado, ocorreu também a instalação de comércio na entrada da trilha para a cachoeira, o que serviu de atrativo adicional, potencializando a visitação descontrolada e aumentando as ameaças aos ecossistemas locais.

Com a criação do Parque Estadual do Itinguçu, a visitação passou a ser uma atividade possível para a Cachoeira do Paraíso, tendo sido considerada no planejamento local. Porém, mesmo com a anulação da criação do mosaico, a Fundação Florestal, órgão gestor responsável pela EEJI, vem regulamentando e estudando a visitação no local, já prevendo uma possível reedição do mosaico (incluindo o retorno do Parque Estadual do Itinguçu). Porém, existem regras e premissas a serem seguidas, de modo a fazer com que a visitação não conflite com os objetivos de conservação. Nesse sentido, o uso público deve ser feito de forma planejada e controlada, dentro de regras rígidas; devendo ainda estar previsto no plano de manejo, conforme as recomendações da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo (SÃO PAULO, 1997) e do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2005).

Para o planejamento adequado do uso público de uma UC (ou de suas sub-zonas), um dos primeiros passos é conhecer o perfil sócio-econômico e cultural dos visitantes. A obtenção dessas informações irá permitir uma análise das experiências anteriores dos visitantes, das suas expectativas em relação à UC, e ainda permitirá delinear formas mais eficazes para o controle e os programas de educação e conscientização ambiental, instrumentos esses necessários para que a visitação cumpra sua função educativa.

Assim, no presente trabalho, foi feita uma análise do perfil dos visitantes que freqüentam a Cachoeira do Paraíso, a partir de questionários estruturados aplicados aos turistas.

### **METODOLOGIA**

Primeiramente foram elaborados os questionários estruturados, segundo DITT et al. (2004), contendo questões sobre diferentes informações a respeito dos visitantes, como aspectos sócio-econômicos, culturais, conhecimento sobre áreas protegidas e expectativas em relação à UC.

Os questionários foram aplicados aos visitantes por monitores voluntários, durante finais de semana do ano de 2004, no período entre Maio e Setembro. O grupo dos monitores foi composto por universitários dos cursos de Ciências Biológicas da UNESP (Campus Experimental do Litoral Paulista) e da Universidade Santa Cecília, e dos cursos de Oceanografia da Unimonte e da USP (Instituto Oceanográfico). Foi possível entrevistar 70 visitantes.

Em seguida, as respostas fornecidas foram analisadas, quantificadas e, posteriormente, as informações foram cruzadas de modo a permitir a obtenção do perfil dos visitantes.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Durante três meses de trabalho, foram realizadas pesquisas junto aos turistas que visitavam a cachoeira, tendo sido amostrados períodos ditos letivos e de férias (Julho), este último com algumas particularidades, devido ao inverno do referido ano ter sido caracterizado como chuvoso e frio.

A média de visitantes no período foi de 70 pessoas/mês (Fig. 1), muito abaixo do fluxo de verão onde mais de 1.000 pessoas procuram a cachoeira diariamente. A origem dos turistas, na sua grande maioria, era a Região Metropolitana de São Paulo ou as cidades da Baixada Santista (Fig. 2).

A faixa etária dos visitantes variou pouco, contudo a grande maioria possui idade superior a 25 anos e freqüenta o local acompanhada por familiares e filhos. Quanto ao nível de escolaridade, a grande maioria apresentou formação superior completa ou em andamento (alunos de faculdades), conforme indicado na Figura 3. Nesse sentido, os dados são promissores, pelo potencial desse público para receber educação ambiental e absorver mais efetivamente a informação.

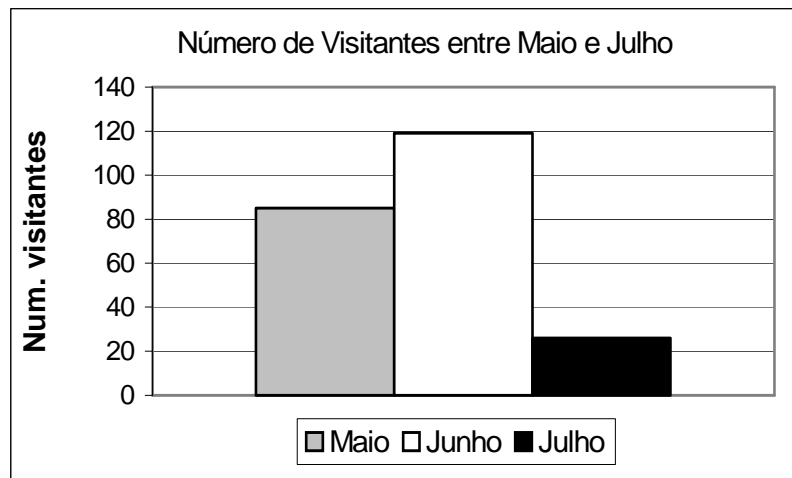


Figura 1. Número de visitantes na Cachoeira do Paraíso nos finais de semana, entre maio e julho de 2004.

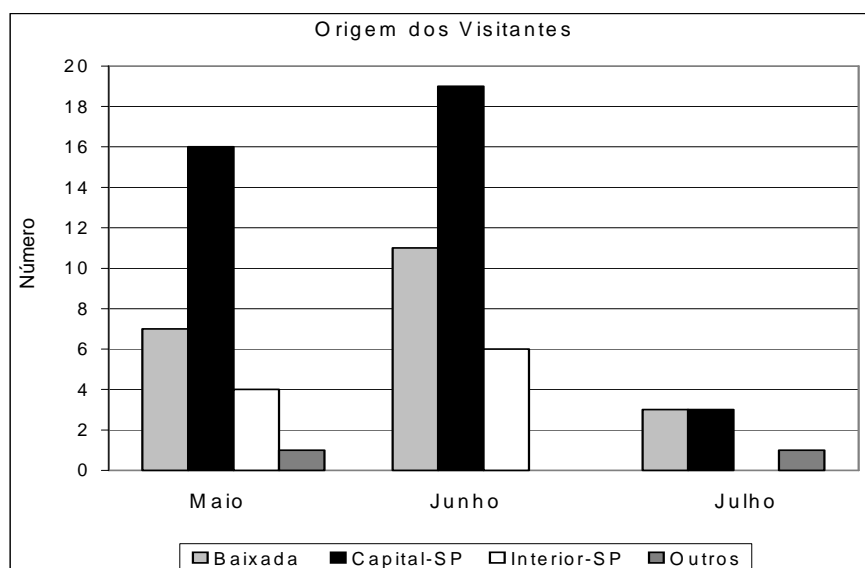


Figura 2. Local de origem dos visitantes na Cachoeira do Paraíso, entre maio e julho de 2004.

Além disso, os dados sugerem que o nível social dos visitantes é alto. No entanto, deve-se destacar que pessoas com maior poder aquisitivo têm mais possibilidade de estarem presentes no litoral fora do período de alta temporada, e que no verão pode haver uma distribuição um pouco diferente das faixas etárias e do grau de escolaridade dos visitantes, sendo necessária uma confirmação dos dados aqui apresentados.

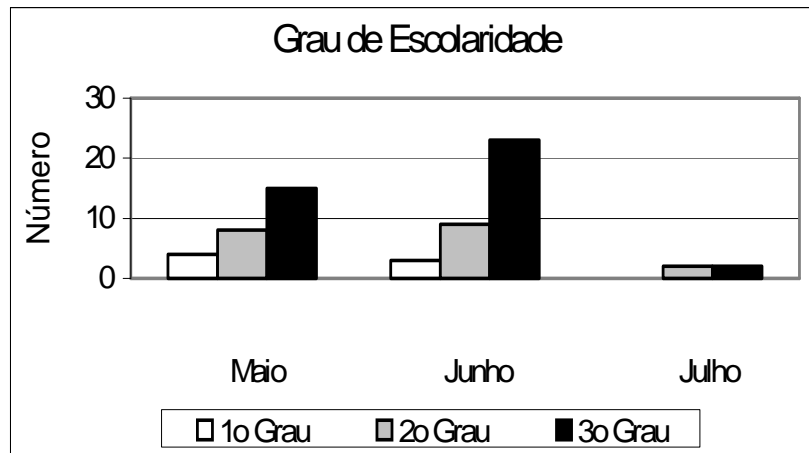


Figura 3. Grau de Escolaridade dos visitantes da Cachoeira do Paraíso, entre maio e julho de 2004.

Com relação aos dados sobre conhecimento das regras em áreas protegidas, ocorreram algumas contradições. É variável o número de pessoas que sabem o que é uma Unidade de Conservação, em especial uma Estação Ecológica, indicando que mesmo pessoas de maior nível econômico e cultural desconhecem o que são áreas especialmente protegidas (Figura 4). Quanto ao uso também ocorreu divisão nas respostas: cerca de metade dos entrevistados achava que o local deveria ser utilizado para o ecoturismo, enquanto a outra metade não (Figura 5), porém mesmo as pessoas deste último grupo declararam estar gostando da visita ao local. Algumas opções de respostas foram coletadas sobre este item, sendo que a maioria dos entrevistados respondeu que a visita da cachoeira deveria ser controlada de alguma maneira.

O ecoturismo em Unidades de Conservação mostra-se como uma opção de interessante de busca por sustentabilidade, não só no Brasil, mas também em outros países. Estudos de caso foram apresentados por TERBORGH et al. (2002) em inúmeros locais do globo. DAVENPORT et al. (2002) enfatizam que para o sucesso das atividades de ecoturismo são necessários levantamentos de qualidade quanto ao: Sistema de Zoneamento, Capacidade de Carga, Determinação de Limites Aceitáveis de Câmbio e Manejos de Impactos de Visitação, Diversificação da Infra-estrutura Turística, Otimização das Estruturas e Taxas Pagas pelo Usuário e Partilha de Rendas. Os autores ressaltam ainda que a participação dos aldeões e as atividades educativas devem ser consideradas como investimentos de longo prazo para a manutenção das UC. A otimização orçamentária para atividades autossustentáveis é louvável, pois o ingresso deve ser visto não só como captação de recursos para atividade, mas também um vínculo temporário, onde o visitante é inserido nas leis e deveres da UC.

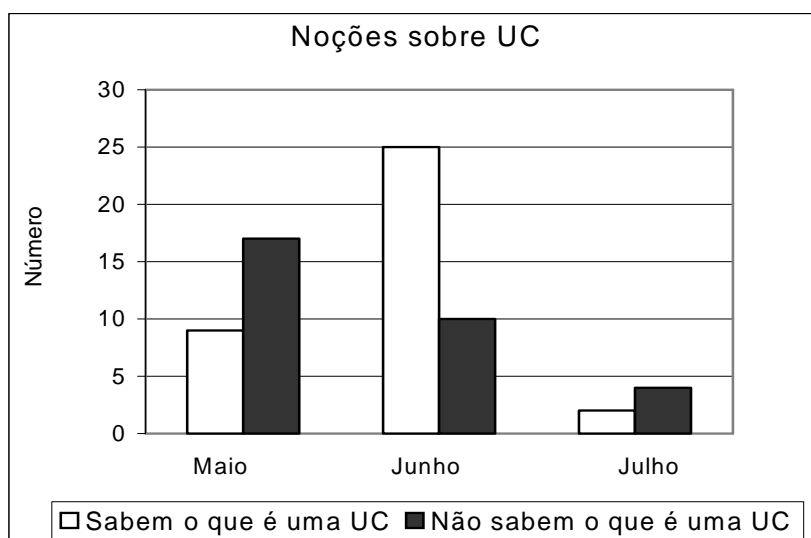


Figura 5. Conhecimento dos visitantes da Cachoeira do Paraíso sobre Unidades de Conservação.

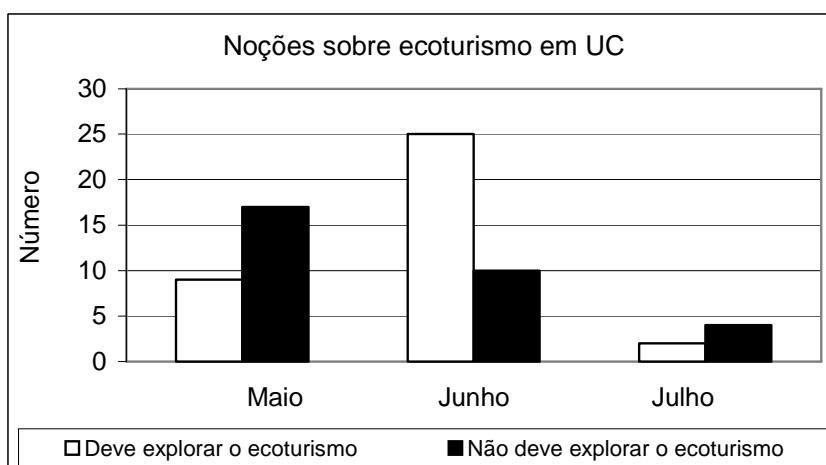


Figura 6. Noções dos visitantes da Cachoeira do Paraíso sobre ecoturismo em Áreas Protegidas.

No Brasil, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelecido pela Lei Federal nº 9985/00 (BRASIL, 2000), as atividades educativas, recreativas e de interpretação ambiental devem ser promovidas pelas UC, seguindo os propósitos de cada categoria de manejo. Uma das maneiras de atingir tais objetivos se dá por meio da visitação, que propicia ao visitante a oportunidade de conhecer, de forma lúdica, os atributos e valores ambientais protegidos pela UC. A visitação em áreas protegidas, quando bem controlada, pode constituir importante ferramenta nos âmbitos ambiental, social, econômico e político, principalmente no sentido de conciliar os objetivos conservacionistas com os aspectos sociais e econômicos. , devendo, portanto, ser utilizada dentro de critérios técnicos bem estabelecidos (BRASIL, 2006). De acordo com Vasconcellos (2006, p.14-15) “as áreas naturais protegidas oferecem oportunidades únicas para a

*(re)aproximação das pessoas aos ambientes naturais, aliando conhecimento, reflexões, desafios, afetividade, curiosidade, imaginação e noção de pertencimento, o que facilita o cumprimento dos objetivos da educação ambiental e da conservação da natureza”.*

Além dos aspectos relativos aos visitantes, a atividade de visitação em áreas protegidas, através da educação e da interpretação ambiental, pode constituir uma oportunidade ímpar para envolver as comunidades locais na gestão da área, sobretudo nas unidades de proteção integral, promovendo acordos entre as populações e as UC e oferecendo alternativas econômicas para as pessoas, fortalecendo assim as redes sociais e a governança local (EAGLES et al., 2002; ROCHA et al., 2010).

Nas Estações Ecológicas, a visitação pública só é permitida quando possui finalidade educativa, e somente em alguns setores da Unidade (BRASIL, 2000), que ofereçam condições para modificar a experiência dos visitantes de forma positiva. Considerando, portanto, a necessidade da visitação na Cachoeira do Paraíso estar integrada num programa de Educação Ambiental, passa a ser importante identificar as características dos visitantes em potencial, assim como sua percepção em relação ao ambiente, de modo a permitir um planejamento adequado das atividades educativas, as quais devem ser adequadas aos diferentes públicos-alvo.

Além disso, a visitação de áreas naturais quase sempre envolve a busca por áreas íntegras, com qualidade ambiental superior (PEDRINI, 2006). Devido ao avanço da urbanização e das fronteiras agrícolas, essas áreas cada vez mais estão ficando restritas às Unidades de Conservação, que acabam sendo aquelas protegidas de forma mais rigorosa do uso e da ocupação indiscriminada pelo homem.

Até por esse motivo, a relação entre áreas naturais e seus visitantes possui um importante aspecto relativo à sua própria sustentabilidade: deve haver garantia de que essas áreas naturais possam ser visitadas no futuro pelas novas gerações. Assim, é importante planejar a forma de implantação dessa atividade de visitação e os modos de conduta dos visitantes.

Na sua grande maioria, os visitantes da Cachoeira do Paraíso vêm da Região Metropolitana de São Paulo e das cidades situadas próximo ao mosaico, e apenas uma minoria é de outros estados. Sua idade média está acima de 25 anos e grande parte visita o local com suas famílias. São pessoas instruídas, possuindo nível superior ou cursando uma faculdade. Porém, grande parte dos entrevistados não possui noções apropriadas sobre UC e seu papel, tendo uma visão dúbia sobre áreas protegidas: essas mesmas pessoas acham que tais áreas devem possuir alguma forma de visitação devido à beleza cênica, e a maioria preocupa-se com a conservação, mostrando que o visitante espera que existam regras para esses locais. O perfil observado difere daquele observado por Castro et al. (2007) no Parque Estadual do Morro do Diabo, assim como do observado no Parque Municipal da Lagoa do Peri, em Florianópolis, SC (MUNIZ, 2006), onde os visitantes eram em geral jovens, tinham baixa escolaridade e apresentavam níveis variados de entendimento sobre questões ambientais. Por outro lado, o maior nível de estudo e o interesse pela temática ambiental constituem potencial que pode ser explorado de forma positiva, principalmente em projetos de Educação Ambiental, que podem ser aprofundados junto dessa população, permitindo que aspectos mais profundos e complexos sejam trabalhados nessas atividades.

Ficou claro, portanto, que o perfil do visitante, ao menos durante a baixa temporada, é uma pessoa com escolaridade, poder aquisitivo de mediano a alto, que

frequenta o local com a família e por meio de veículo próprio, porém não conhece as leis ambientais, as regras de visitação e as definições relativas às áreas protegidas, e tampouco tem consciência plena das consequências ambientais das suas atitudes durante a estada no local. Porém, devido ao maior nível de escolaridade, espera-se que os visitantes, ou a maior parte deles, sejam capazes de compreender mais facilmente as regras do local e suas restrições de uso, podendo receber informações mais detalhadas sobre o parque, seus ecossistemas, a importância da conservação e outros dados ambientais. Os resultados mostram, por outro lado, uma situação preocupante devido à baixa presença de visitantes oriundos do entorno da Estação Ecológica. Lau et al. (2011) realizaram estudo de caso no Parque Estadual Xixová-Japuí, situado entre Praia Grande e São Vicente, avaliando conflitos entre UC e comunidade; e em seu estudo discutiram que a exclusão das comunidades é fator causador de conflitos, enfraquecendo a governança e legitimidade das ações implementadas pelo órgão gestor da unidade. Além disso, a exclusão de determinadas parcelas da população pode ser indicativa de que a UC pode não estar cumprindo todos os preceitos democráticos, já que visitantes com baixa escolaridade e renda constituem minoria entre os frequentadores. Passa a ser, portanto, importante criar mecanismos para incrementar a presença de moradores do entorno dentro da estação ecológica, a partir de atividades educativas, de modo que representantes de diversos setores da sociedade tenham a mesma oportunidade de conhecer essa região e absorver conteúdos para sua formação e cidadania. O estabelecimento de programas especiais de educação ambiental, para tais públicos, necessita ser incentivado, fortalecendo a própria gestão da UC por meio da inclusão e reconhecimento dos diversos atores.

O não entendimento das regras e leis referentes a Unidades de Conservação pelos visitantes indica uma situação à observada em outras áreas protegidas brasileiras (MUNIZ, 2006; CASTRO, et al., 2007; ROBIM, 1999), inclusive no que diz respeito a moradores dessa áreas e seus respectivos entornos (SOUSA et al., 2006; SOUZA et al., 2010), e que pode levar a comportamentos inadequados dentro da UC, causando impactos ambientais negativos, como demonstrado por Pedrini et al (2007) no Parque Estadual da Ilha Anchieta (Ubatuba, SP) e por Rojas & Abessa (2008) em outras áreas protegidas marinhas e costeiras de SP. Tal fato mostra que o tema deve ser melhor abordado em escolas e universidades, de modo que, tanto no ensino fundamental e médio, como no superior, questões referentes à conservação e à importância das áreas protegidas possam ser introduzidas, fazendo parte da Ecologia ou das Ciências, ou melhor ainda, que sejam mostradas de forma transversal nas diversas disciplinas. Livros didáticos devem ser atualizados, introduzindo noções básicas importantes para a manutenção destas áreas estratégicas.

## **CONCLUSÃO**

De modo geral, o visitante da Cachoeira do Paraíso, durante a baixa temporada, possui nível de escolaridade médio a alto, poder aquisitivo de mediano a alto, frequenta o local com a própria família, acessando a UC por meio de veículo próprio. Entretanto, desconhece a legislação ambiental, as normas de visitação e as definições relativas às áreas protegidas. Por esse motivo, os visitantes em geral não possuem consciência plena das consequências ambientais das suas atitudes durante a estada no local, as quais podem se tornar inadequadas e impactantes. Por tratar-se de Estação Ecológica, que não prevê atividades de lazer e recreação, é necessário realizar um planejamento da atividade de visitação, inserindo-a em um



programa mais amplo de Educação Ambiental, que contemple os distintos públicos, com suas demandas próprias, ao mesmo tempo em que seja incentivada a presença de setores menos favorecidos (menor renda, menor nível de estudo) e a inclusão da população local nessas atividades, de modo que, por esse aspecto, a unidade cumpra seus objetivos de forma democrática e sua governança seja fortalecida.

### AGRADECIMENTOS

À Fundação Florestal e ao Instituto Florestal, pelo apoio e autorizações; ao gestor da EEJI na época, Eng. Florestal Joaquim do Marco Neto; e aos moradores da região do Itinguçu.

### REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei federal nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 de julho. 2000.
- BRASIL. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Áreas Protegidas, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF. 2005.
- BRASIL. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação**. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Diretoria de Áreas Protegidas: Brasília, DF. 2006. 61p.
- CASTRO, J. F. C.; FARIAS, H. H.; PIRES, A. S.; OLIVEIRA, S.D. O Perfil dos Visitantes do Parque Estadual do Morro do Diabo, Estado de São Paulo. **In: IIº Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação - ECOUC, e VI Congresso Nacional de Ecoturismo - CONETUR**, 2007, Itatiaia, RJ. Anais do II ECOUC, 2007. v. 01.
- DAVENPORT, L. et al. Ferramentas de Ecoturismo para Parques: in TERBORGH, J. et al. Curitiba - PR: *Ed. da UFPR/Fundação O Boticário*; 305-333pp. 2002.
- DITT, E. H.; MANTOVANI, W.; VALLADARES-PADUA, C.; BASSI, C. Entrevistas e aplicação de questionários em trabalhos de conservação. In: CULLEN JR., L.; RUDRAN, R.; VALLADARES-PADUA, C. (Org.). **Métodos de Estudo em Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre**. Curitiba: Editora UFPR. Cap. 23, pp. 631-646. 2004.
- EAGLES, P. F. J.; MCCOOL, S. F.; HAYNES, C. D. A. **Sustainable Tourism in Protected Areas Guidelines for Planning and Management**. IUCN Gland, Switzerland and Cambridge, UK. xv + 183pp. 2002.
- LAU, M. C.; ABESSA, D. M. .S.; TOPPA, R. H. Parque Estadual Xixová-Japuí: análise do relacionamento com a população de entorno (Bairro Japuí). **O Mundo da Saúde**; v.35, n.1, p.23-30. 2011.
- MUNIZ, C. E. C. **Análise do uso público em áreas protegidas através da adaptação e aplicação do modelo QCAT (Instrumento de coleta de dados elaborado por Ken Hornback e Bill Key): estudo de caso do Parque Municipal da Lagoa do Peri – Florianópolis: SC**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Itajaí, 100p + apêndices e anexos. 2006.
- OLMOS, F.; GALETTI, M. A conservação e o futuro da Juréia: isolamento ecológico e impacto humano. In: MARQUES, O. A. V.; DULEBA, W. (Ed.). **Estação Ecológica Juréia-Itatins: Ambiente Físico, Flora e Fauna**. Ribeirão Preto: Holos, p. 360-377. 2004.

- PÁDUA, S. M.; TABANEZ, M. F. **Educação Ambiental – caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: IPE, 1997.
- PEDRINI, A. de G. Avaliação da Educação Ambiental no Ecoturismo (com Trilhas): Uma Proposta metodológica de Qualidade Conceitual. **Revista OLAM – Ciência e Tecnologia**, Rio Claro (SP), v. 7, n.2, p. 84-106, dez/2006.
- PEDRINI, A. G. de; COSTA, C.; NEWTON, T.; MANESCHY, F. S.; SILVA, V. G.; BERCHEZ, F.; SPELTA, L.; GHILARDI, N. P.; ROBIM, M. J. Efeitos ambientais da visitação turística em áreas protegidas marinhas: estudo de caso na Piscina Natural Marinha, Parque Estadual Da Ilha Anchieta, Ubatuba, São Paulo, Brasil. **Revista OLAM Ciência e Tecnologia**, Rio Claro (SP), v. 8, n.1, maio/junho, 2007.
- PELLEGRINI, A. F. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: *Ed. Papirus*, 1993.
- ROBIM, M.J. **Análise das características do uso recreativo do Parque Estadual da Ilha Anchieta: uma contribuição ao manejo**. (Tese de doutorado). Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Univ.de São Carlos, São Carlos (SP), 1999. 161p.
- ROCHA, F.; BARBOSA, F. P.; ABESSA, D. M. S. Trilha Ecológica como Instrumento de Educação Ambiental: Estudo de Caso e Proposta de Adequação no Parque Estadual Xixová-Japuí, SP. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v.3, n.3, p. 478-497. 2010.
- ROJAS, C. & ABESSA, D. M. S. Usos e Conflitos de Interesse em algumas Unidades de Conservação Insulares do Estado de São Paulo, Brasil. **Revista OLAM Ciência e Tecnologia**. v.8, n.1, p.131-151. 2008.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto nº. 24.646, 20 de janeiro de 1986. Cria a Estação Ecológica de Juréia-Itatins e dá providências correlatas. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 96, n. 14, 21 de jan. 1986.
- SÃO PAULO (Estado) – Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. **Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo: Proposta/Coordenação geral**. OLIVEIRA, J. F. E SERRANO, C. M. T. São Paulo: SMA (Documentos Ambientais). 1997.
- SÃO PAULO (Estado). Lei Estadual nº 12406, de 12 de dezembro de 2006. Altera a Lei nº 5.659, de 28 de abril de 1987, que criou a Estação Ecológica da Juréia-Itatins, exclui, reclassifica e incorpora áreas que especifica, institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins, regulamenta ocupações e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**, São Paulo, SP. 2006.
- SOUSA, I. F.; FERREIRA, L. E. C.; MAGINI, C.; ABESSA, D. M. S. Percepção Ambiental, Perfil Sócio-Econômico da Comunidade Residente e Uso e Ocupação do Solo, no Núcleo Pedro de Toledo – Parque Estadual da Serra do Mar – SP. **O Mundo da Saúde**, n.30, v.4, p.570-580. 2006.
- SOUZA, F. A. Z.; ABESSA, D. M. S.; STORI, F. T. Perfil Socioeconômico, participação e direito de permanência dos ocupantes no Parque Estadual do Itinguçu, SP. **Leopoldianum (UNISANTOS)**, n. 97, p.73-89. 2010.
- TERBORGH, J. et al. **Tornando os Parques Eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba - PR: *Ed. da UFPR/Fundação O Boticário*, 518p. 2002.
- VASCONCELLOS, J. M. de O. Educação e Interpretação Ambiental em Unidades de Conservação. **Cadernos de Conservação**, ano 3, n 4. Curitiba, PR. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. 2006. 86p.